DocuSign Envelope ID: 1371AE4C-DF2C-450F-BB39-536442ED15BC

Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. CNPJ/MF n° 17.875.483/0001-70

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, referentes ao exercício social de 2023. A receita líquida atingiu R$ 20.738 em 2023 e era de R$ 20.284 em 2022. A Companhia apurou um lucro líquido de R$ 858 em 2023, comparado a um lucro líquido de R$ 156 no ano anterior. O lucro decorre, substancialmente, do aumento das receitas financeiras proveniente dos rendimentos de aplicações financeiras e redução das despesas financeiras relativas aos juros de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido era R$ 35.709. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 01 de abril de 2024. A ADMINISTRAÇÃO

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.880	23.804
Contas a receber	7	489	3.588
Estoques		1.067	696
Tributos a recuperar	8	1.344	1.053
Partes relacionadas	9	134	198
Despesas antecipadas		307	
Outras contas a receber		88	60
Total do ativo circulante		**26.309**	**29.399**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	8	49	307
Depósitos vinculados a financiamento	10	3.638	3.563
Depósitos judiciais	15	4	3
Tributos diferidos	11	1.053	989
		4.744	**4.862**
Imobilizado	12	101.359	101.806
Intangível		116	128
Total do ativo não circulante		**106.219**	**106.796**
Total do ativo		**132.528**	**136.195**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	13	3.420	1.158
Financiamento	14	53.738	59.454
Partes relacionadas	9	180	398
Tributos a pagar		632	865
Provisão de ressarcimento	15	32.865	26.787
Provisão liminar excludente	15	3.641	3.550
Total do passivo circulante		**94.476**	**92.212**
Não circulante			
Provisão de ressarcimento	15	1.336	8.398
Provisão para desmobilização	15	1.007	734
Total do passivo não circulante		**2.343**	**9.132**
Total do passivo		**96.819**	**101.344**
Patrimônio líquido	16		
Capital social		50.562	50.562
Prejuízos acumulados		(14.853)	(15.711)
Total do patrimônio líquido		**35.709**	**34.851**
Total do passivo e patrimônio líquido		**132.528**	**136.195**

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	17	20.738	20.284
Custo do serviço de energia elétrica	18	(11.981)	(11.628)
Lucro bruto		**8.757**	**8.656**
Despesas gerais e administrativas	19	(1.763)	(2.039)
Outros ganhos (perdas), líquidos	19	(1.148)	(254)
Lucro operacional		**5.846**	**6.363**
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		2.917	2.055
Despesas financeiras		(6.433)	(6.930)
		(3.516)	**(4.875)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**2.330**	**1.488**
Imposto de renda e contribuição social	21	(1.472)	(1.332)
Lucro líquido do exercício		**858**	**156**
Lucro líquido básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	16	**0,017**	**0,003**

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	858	156
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	**858**	**156**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2022	**45.062**	**(15.867)**	**29.195**
Aumento de capital (nota 19)	5.500		5.500
Lucro líquido do exercício		156	156
Em 31 de dezembro de 2022	**50.562**	**(15.711)**	**34.851**
Lucro líquido do exercício		858	858
Em 31 de dezembro de 2023	**50.562**	**(14.853)**	**35.709**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.330	1.488
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação e amortização	18	5.163	5.056
Baixa de ativo imobilizado	12	1.589	537
Atualização financeira de provisão de desmobilização	20	93	126
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	17 e 20	8.050	6.945
Juros, variações monetárias e amortização de custo – financiamento	20	5.089	5.421
Atualização financeira de liminar excludente	20	91	284
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		3.099	(413)
Estoques		(371)	(64)
Tributos a recuperar		(33)	(203)
Partes relacionadas		(154)	649
Outras contas a receber		(28)	271
Despesas antecipadas		(307)	2
Depósitos judiciais		(1)	(3)
Fornecedores		(278)	35
Provisão de ressarcimento		(9.034)	
Tributos a pagar (i)		(553)	(338)
Caixa gerado proveniente das operações		**14.745**	**19.793**
Juros pagos de financiamentos	14	(4.525)	(4.954)
Imposto de renda e contribuição social pagos (i)		(1.216)	(1.091)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**9.004**	**13.748**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	12	(3.573)	(872)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(3.573)**	**(872)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamento	14	(6.280)	(6.214)
Depósitos vinculados a financiamento		(75)	(63)
Aumento de capital			5.500
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(6.355)**	**(777)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(924)	12.099
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**23.804**	**11.705**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**22.880**	**23.804**

(i) Em 31 de dezembro de 2022 foi realizada a reclassificação entre as rubricas de tributos a pagar e impostos e contribuição social pagos para a melhor apresentação do saldo comparativo. As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 23.

Notas explicativas

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou Santo Augusto III) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 2014. A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de Santo Augusto III, com 29,6 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Piauí, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato. A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Controladora") que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pela KKR Cretaceous Aggregator GP LLC. Em 4 de dezembro de 2015, a ANEEL emitiu, através do Despacho no 3.942, o atestado que as unidades geradoras do parque eólico de Ventos de Santo Augusto III atenderam aos requisitos necessários para entrarem em operação em teste a partir do dia 5 de dezembro de 2015. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicado o Despacho nº 103 da ANEEL que libera as unidades geradoras das usinas eólicas Ventos de Santo Augusto V para início da operação comercial em 16 de janeiro de 2016. As atividades da Companhia são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). A Companhia possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

Eólica	Portaria MME	Termino das outorgas
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 342, de 17 de julho de 2014	Julho de 2049

Com contratos de *Power Purchase Agreement* ("PPA") com as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano	Inicio	Término
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Piauí	Simões	29,60	107.748	Janeiro de 2016	Dezembro de 2036

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 01 de abril de 2024. **1.2 Situação financeira:**

	31/12/2023	31/12/2022
Total do ativo circulante	26.309	29.399
(-) Total do passivo circulante	(94.476)	(92.212)
Capital circulante líquido negativo	**(68.167)**	**(62.813)**

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2023, decorre substancialmente do passivo circulante do financiamento e provisões de ressarcimento. Apesar do valor calculado como Capital Circulante Líquido, as projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 meses indicam que a Companhia terá condições de honrar suas obrigações de curto prazo desconsiderando um eventual vencimento antecipado das dívidas. Desde outubro de 2023 foi retomada a cobrança dos ressarcimentos que estavam suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019 (nota 1.3 (a)), e o pagamento dessas parcelas dos ressarcimentos implicam em um impacto de caixa adicional, já considerado nas projeções de fluxo de caixa do Grupo. Cabe salientar que em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não atingiu do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 1,20 exigido no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). O saldo devedor do BNDES foi integralmente classificado no passivo circulante em 2022, conforme detalhado na nota explicativa 14. Considerando o descumprimento do ICSD mínimo e a possibilidade da dívida ter seu vencimento antecipado exigido, o valor total do financiamento segue classificado no passivo circulante. Em 4 de dezembro de 2023 foi celebrado um contrato de compra e venda de quotas que resultará na alienação total, de forma indireta, da participação societária detida pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. no capital social da Companhia. Após a conclusão da operação, sujeita a condições precedentes usuais às transações dessa natureza, a Companhia passará a ser controlada pela Infraestrutura Brasil Holding XX S.A., empresa controlada por fundos geridos pelo Pátria Investimentos. Mediante os fatos apresentados, a Companhia está com tratativas em andamento junto ao BNDES, entre outros assuntos, sobre troca de controle indireto da Companhia, não atingimento do ICSD e eventuais aportes de capital necessários. **1.3 Principais eventos ocorridos no exercício de 2023: (a) Pagamento de ressarcimento:** Em 2023, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a Companhia pagou o valor de R$ 6.096 que se refere a parte do saldo da conta de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") e que havia sido suspenso pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por força do despacho nº 2.303/2019. **(b) Contrato de compra e venda da Companhia:** Em 04 de dezembro de 2023, a ContourGlobal Terra 3 S.à.R.L. ("Terra 3"), sócia controladora da Contour Global do Brasil Holding Ltda. ("ContourGlobal") que por sua vez é acionista controladora indireta da Companhia, celebrou contrato de compra e venda de quotas com a Infraestrutura Brasil Holding XX S.A., empresa controlada por fundos geridos pelo Pátria Investimentos, para a alienação da totalidade do capital social da ContourGlobal e, de forma indireta, da totalidade da participação societária detida pela ContourGlobal nos capitais sociais de suas subsidiárias, que incluem a Companhia. A conclusão da operação está sujeita à verificação ou renúncia de condições precedentes usuais para transações dessa natureza, incluindo a obtenção das aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e do BNDES. **2. Demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia. Áquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "*GloBE effective tax rate*" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia, exceto pelas alterações em relação às alterações do CPC 26 (R1) sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais. **2.1.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia: CPC 26(R1) e CPC40 - Acordos de Financiamento de Fornecedores** - As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. **CPC 06(R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de *"Sale and Leaseback"*** - a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação. **CPC 26 (R1)** - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com Covenants. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras em relação as normas supracitas. As alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía saldos em aberto de ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período. **(a) Provisão de ressarcimento sobre a receita:** No momento, identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de novos empreendimentos. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão em faixas que variam em percentuais da energia contratada conforme cada ano contratual e quadriênio (nota 15 (b)). **(b) Provisão de desmobilização:** Os valores da provisão de desmobilização, da Companhia, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem da planta ajustado ao valor presente (nota 15 (a)). **4. Gestão de risco: 4.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se ao saldo de financiamento relacionado à construção do Complexo Eólico da Companhia e à Conta Ressarcimento. A Companhia possui como ativos financeiros: saldos em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, depósitos vinculados a financiamento e outras contas a receber. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros praticadas no mercado, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela área financeira, seguindo as políticas da Companhia. A área financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração. É política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária	Financiamento de longo prazo com taxas variáveis (TJLP)	Análise de sensibilidade	Projeção do serviço da dívida Cenários de rating de crédito (cenários de estresse)
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Banco de primeira linha Monitoramento dos limites de crédito e *ratings*
Risco de liquidez	Financiamento e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Aumento de capital pelo acionista

(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: A Companhia não está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e em de 31 de dezembro de 2022 de ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou taxa de juros praticadas no mercado:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos quotistas e beneficiar às outras partes interessadas. A Companhia mantém contrato de financiamento remunerado a uma taxa de juros de 2,18% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Com essa exposição a taxa variável, as variações representam a Companhia um risco de fluxo de caixa. Em relação à taxa fixa, a Companhia está exposto ao risco relacionado com as taxas de juros praticadas no mercado. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem no mínimo um rating de crédito BB- pela agência *S&P Global Ratings*, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 e em de 31 de dezembro de 2022 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração. As atividades operacionais da Companhia são reguladas pela ANEEL, órgão regulador do setor de Energia Elétrica no Brasil. As receitas provenientes das operações possuem contratos de longo prazo de geração de energia, tendo como clientes diversas distribuidoras, diminuindo assim a exposição de risco de crédito. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha CDBs e caixa disponível de R$ 22.880 (R$ 23.804 em 31 de dezembro de 2022). Tal saldo, com liquidez diária, pode ser prontamente acessado na gestão do risco de liquidez, caso necessário. Cabe salientar que em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não atingiu o ICSD exigido no contrato de financiamento junto ao BNDES, que é de 1,20x. Nesse sentido, até que a Companhia obtenha junto ao BNDES a dispensa do cumprimento desta obrigação, o credor poderá exigir vencimento antecipado do saldo de sua dívida. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos (i)				
	12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	3.420				3.420
Financiamento	10.375	9.840	26.539	25.237	71.991
Partes relacionadas	180				180
Provisão liminar excludente	3.641				3.641
Provisão de ressarcimento	32.865	1.277	59		34.201
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	1.158				1.158
Financiamento	10.744	10.268	27.742	33.238	81.992
Partes relacionadas	398				398
Provisão liminar excludente	3.550				3.550
Provisão de ressarcimento	26.787	8.209	189		35.185

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Ressaltamos ainda que o financiamento foi considerado os vencimentos originais do contrato, que difere da classificação realizada no balanço, cuja transação foi reclassificada para o passivo circulante (nota 14). Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para financiamento. A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas, provisão de ressarcimento e provisão liminar excludente. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **(d) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do TJLP. A Companhia realiza análise de sensibilidade do principal risco ao qual o seu financiamento está exposto, representado pela variação do TJLP que corrige monetariamente o saldo do financiamento. Para verificar a sensibilidade dessa correção monetária na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos cinco cenários diferentes. O cenário I (provável) considera o cenário esperado de variação do TJLP para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base a taxa futura de TJLP a média observada nos bancos Itaú e Santander, sobre o saldo em aberto da dívida é aplicada a diferença esperada de (0,29)% entre o TJLP realizado do ano 2023 no valor de 6,55% e o TJLP esperado para 31 de dezembro de 2024 no valor de 6,26%. Os demais cenários sensibilizam a variação calculada aplicando variações de mais 25% e 50% e menos 25% e 50% sobre a variação esperada.

Operação	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Cenário +25%	Cenário +50%	Cenário (-) 25%	Cenário (-) 50%
Financiamento – Juros TJLP	53.738	(153)	(192)	(230)	192	230

4.2 Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas tem de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamento (incluindo financiamento de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a financiamento. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumarizados:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Total do financiamento	14	53.738	59.454
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(22.880)	(23.804)
(-) Depósitos vinculados a financiamento	10	(3.638)	(3.563)
Dívida líquida		**27.220**	**32.087**
Total do patrimônio líquido	16	35.709	34.851
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		**62.929**	**66.938**
Índice de alavancagem financeira - %		**43%**	**48%**

4.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **(c) Mudanças climáticas:** O parque eólico da Companhia, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **(d) Riscos de liquidação do financiamento e ressarcimentos:** O parque eólico de Ventos de Santo Augusto III não tem gerado energia suficiente para atingir os volumes acordados em seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") e, portanto, tem-se observado a quebra dos *covenants* devido ao não atingimento do ICSD definido nos contratos de financiamento com o BNDES (nota 14), desde a operacionalização dos projetos, exigindo anualmente a liberação de *waiver* por parte do referido credor. Em 2023 a CCEE retomou o desconto dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CCEAR, cujo montante estimado para os próximos 12 meses é de R$ 32.865, resultando assim em uma redução significativa nos recebimentos provenientes dos CCEAR no referido período. **5. Instrumentos financeiros por categoria: (a) Ativos financeiros:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado. **Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo: **(i) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas" "Depósitos vinculados a financiamento" e "Outras contas a receber".

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.880	23.804
Contas a receber	7	489	3.588
Partes relacionadas	9	134	198
Depósitos vinculados a financiamento	10	3.638	3.563
Outras contas a receber		88	60
Ao custo amortizado		**27.229**	**31.213**

(ii) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o val

DocuSign Envelope ID: 1371AE4C-DF2C-450F-BB39-536442ED15BC

Continuação ➤

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Provisão de ressarcimento	14.909	2.780
Provisão de despacho	17.956	24.007
	32.865	**26.787**
Não circulante		
Provisão de ressarcimento	1.336	8.398
	1.336	**8.398**
Total	**34.201**	**35.185**

(c) Provisões liminar excludente de responsabilidade: Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, a Companhia através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade da Companhia pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: (i) Embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio; (ii) Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas da Companhia. A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o pré-operacional do parque, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. A provisão está reconhecida no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável a Companhia. Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica a época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Provisão liminar excludente	3.641	3.550
	3.641	**3.550**

Movimentação (b) (c)

	Passivo circulante				Passivo não circulante	
Movimentação	**Liminar excludente de responsabilidade**	**Provisão de ressarcimento (i)**	**Provisão de despacho (ii)**	**Total**	**Provisão de ressarcimento (i)**	**Total**
Saldo em 01/01/2022	**3.266**	**4.314**	**18.579**	**26.159**	**5.347**	**5.347**
Provisão (iii)		2.425		2.425	3.421	3.421
Atualização Financeira	284		1.098	1.382		
Transferência (iii)		(3.959)	4.330	371	(370)	(370)
Saldo em 31/12/2022	**3.550**	**2.780**	**24.007**	**30.337**	**8.398**	**8.398**
Provisão		3.935	(3.085)	850	3.303	3.303
Pagamento			(6.096)			
Atualização Financeira	91		959	1.050		
Transferência		8.194	2.171	10.365	(10.365)	(10.365)
Saldo em 31/12/2023	**3.641**	**14.909**	**17.956**	**36.506**	**1.336**	**1.336**

(i) A provisão do ressarcimento está sendo demonstrada sem os efeitos da provisão de ressarcimento do despacho nº 2.303/2019 mencionado no item (ii). Cabe salientar que a provisão reconhecida já está apresentada líquida do montante relativo ao *curtailment* (situações de corte de geração, denominadas no setor elétrico como *constrained-off*, que ocorrem quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda) determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eolioelétricas. Sendo assim, a Companhia reconheceu os montantes relativos aos volumes de energia não gerada por motivo de *curtailment* como redutor da provisão de ressarcimento no referido período. (ii) O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas. Ou seja, tal suspensão permanece vigente até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *Constrained-off*. O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração definida pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nestes casos, o gerador fica impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas. Em 23 de março de 2021 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *Constrained-off* de usinas eólicas. A regulamentação estipula uma metodologia de cálculo para os eventos ocorridos até setembro de 2021, e outra para os eventos ocorridos posteriormente a esta data. No entanto, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, informando a necessidade de adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico. Informou também que apenas após esta etapa concluída apresentaria ao mercado novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, divulgando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, contemplando apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que visa a aprovação das Regras de Comercialização da CCEE, necessárias para performar o cálculo para o período, não foi concluída até o momento. Cabe ressaltar que a Companhia reconheceu as provisões de *Constrained-off* normalmente nos exercícios supracitados. A liquidação dos valores provisionados iniciou-se em outubro de 2023, seguindo o calendário divulgado pela CCEE, conforme indicado na nota 1.3 (a). (iii) Em 31 de dezembro de 2022 foram realizadas reclassificações entre provisão de ressarcimento e transferência no curto prazo e no longo prazo para adequação dos saldos, cabe salientar que estas reclassificações não provocam alterações no saldo final de 2022. **(d) Causas e depósitos judiciais:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não há processos com probabilidade de perda avaliada como provável nas quais a Companhia esteja envolvido. A Companhia possui questões cíveis em andamento, cujas avaliações efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível, portanto, não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos. **Causas com probabilidade de perda possível:**

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	4.408	3.884
	4.408	**3.884**

As ações cíveis são referentes a questões imobiliárias, bem como pedidos de indenização formulados por proprietários de imóveis que alegam que não podem mais usufruir de seus imóveis pelo fato da instalação de linha de transmissão que passa pela propriedade. Os depósitos judiciais no consolidado em 31 de dezembro de 2023 são de R$ 4 de processos tributários (em 31 de dezembro de 2022 os depósitos eram de R$ 3 de processos tributários). **16. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia era de R$ 50.562, dividido em 50.562.398 ações.

		31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
Acionistas	**Participação %**	**Quantidade de ações**	**Total**	**Quantidade de ações**	**Total**
Chapada do Piauí III Holding S.A.	100%	50.562.398	50.562	50.562.398	50.562
	100%	**50.562.398**	**50.562**	**50.562.398**	**50.562**

(b) Lucro básico e diluído por lote de mil ações: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	858	156
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	50.562	46.931
Lucro líquido básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	**0,017**	**0,003**

17. Receita líquida de vendas: Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida		
Receita com energia	28.832	26.999
(-) Provisão de ressarcimento	(7.238)	(5.847)
(-) Impostos sobre vendas	(739)	(772)
(-) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	(117)	(96)
	20.738	**20.284**

18. Custo do serviço de energia elétrica:

	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(1.282)	(1.097)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(1.360)	(1.270)
Custo de operação (a)	(9.339)	(9.261)
	(11.981)	**(11.628)**

(a) Custo de operação:

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(453)	(333)
Manutenções	(213)	(188)
Materiais e serviços de terceiros	(3.510)	(3.684)
Depreciações e amortizações	(5.163)	(5.056)
	(9.339)	**(9.261)**

19. Despesas gerais e administrativas e Outros ganhos (perdas), líquidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(336)	(203)
Aluguéis	-	(3)
Seguros	(311)	(261)
Comunicações	-	(19)
Viagens	(78)	(53)
Despesas Tributárias	(10)	(46)
Projetos sociais	(34)	(14)
Outras receitas e (despesas) operacionais	143	(141)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	(1.148)	(254)
Despesas compartilhadas	(1.137)	(1.299)
	(2.911)	**(2.293)**

(i) O saldo da rubrica é composto substancialmente por baixas de ativo imobilizado. **20. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre financiamento são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem substancialmente os valores de atualizações financeiras.

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras (i)	2.890	2.017
Outras receitas financeiras (i)	27	38
	2.917	**2.055**
Despesa financeira		
Juros financiamento	(4.505)	(4.952)
Amortização de custos da dívida	(15)	(17)
Atualização monetária	(569)	(452)
Atualização financeira de liminar excludente	(91)	(284)
Atualização financeira de desmobilização	(93)	(126)
Atualização financeira de ressarcimento (ii)	(812)	(1.098)
Outras despesas financeiras	(348)	(1)
	(6.433)	**(6.930)**
Resultado financeiro	**(3.516)**	**(4.875)**

(i) Em 31 de dezembro de 2022 foi realizada a reclassificação entre as rubricas de receitas de aplicações financeiras e outras receitas financeira para a melhor apresentação do saldo comparativo. Cabe salientar que esta reclassificação não provocou alteração no saldo final de 2022. (ii) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS. **21. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com energia	**22.736**	**26.999**
Receita de energia faturada	28.663	26.732
Desconto concedido	(6.096)	
Provisão de receita de venda energia	169	267
Provisão de ressarcimento	**(1.142)**	**(5.847)**
Provisão de ressarcimento	(7.238)	(5.847)
Desconto concedido	6.096	
Receita Gerada	**21.594**	**21.152**
Receita de aplicações financeiras	2.908	2.055
Outras receitas	36	
Bases de cálculo		
Receita com energia		
IRPJ	4.716	4.194
Adicional IRPJ	4.476	3.954
CSLL	5.620	5.263
Provisão de ressarcimento		
IRPJ	(91)	(468)
CSLL	(117)	(670)
Cálculo dos impostos		
Receita com energia	**(1.664)**	**(1.503)**
IRPJ – 15%	(708)	(632)
IRPJ adicional – 10%	(449)	(397)
CSLL – 9%	(507)	(474)
Provisão de ressarcimento	**31**	**171**
IRPJ – 15%	13	68
IRPJ adicional – 10%	8	45
CSLL – 9%	10	58
Ajustes de despacho nº 2.303	161	
Corrente	(1.664)	(1.503)
Diferido	192	171
Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido	**(1.472)**	**(1.332)**

22. Compromissos:

	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos (i)	211	1.457	8.180	9.848
Contrato de manutenção (ii)	1.947	2.548	-	4.495
Contrato de transmissão (iii)	1.491	10.025	11.980	23.496
Comissão de fianças (iv)	134	539	542	1.215
	3.783	**14.569**	**20.702**	**39.054**

(i)Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde o parque eólico são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados ao faturamento. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do faturamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **(ii) Contrato de manutenção:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. **(iii) Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **(iv) Comissão de fianças:** Comissão de fiança é exigida contratualmente para garantia do pagamento da tarifa de transmissão (Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST). Essa fiança é emitida para o Operador Nacional do Sistema Elétrico com uma vigência anual e o valor garantido é a previsão do valor da tarifa de transmissão para o ano subsequente à data de emissão. O compromisso ligado à essa fiança é projetado pela duração do contrato de venda de energia por se tratar de uma obrigação inerente à operação da planta eólica. **23. Atividade de investimento não envolvendo caixa:** A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos da Companhia. De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Principais transações que não afetaram o caixa	**31/12/2023**
Aquisição de bens ativo imobilizado	2.540

24. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes com valor em risco em montante equivalente ao valor total dos ativos e lucros estimados para o período de 12 meses, e limite máximo de indenização de R$ 250.000 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R$ 50.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas com as demais companhias controladas diretas e indiretamente pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado pelos auditores independentes).

Diretor: **Daniel Pastro**

Contador: **Cristiano Pavane** - CRC 1SP271178/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para as Notas 1.2, 4.1(c) e 14 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 68.167 mil. Adicionalmente, as referidas Notas explicativas descrevem que a Companhia não atingiu os índices descritos nas cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dessa forma, uma vez que a Companhia não obteve *waiver* do BNDES para suspender a exigibilidade da dívida no curto prazo, o montante de R$ 47.298 mil correspondente às parcelas que deveria estar classificada no passivo não circulante foi reclassificada para o passivo circulante. A situação patrimonial e financeira da Companhia, aliada à incerteza da possibilidade de antecipação da dívida, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda - CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca - Contadora CRC 1SP291166/O-4.

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 01/04/2024 22:39:14 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
F30028BECACE477...